

# Classificação das fontes de notícias

Aldo Antonio Schmitz\*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

## Índice

Matriz das Fontes . . . . .	6
1 Categoria . . . . .	8
a) Fonte primária . . . . .	8
b) Fonte secundária . . . . .	8
2 Grupo . . . . .	9
a) Oficial . . . . .	9
b) Empresarial . . . . .	10
c) Institucional . . . . .	10
d) Individual . . . . .	10
e) Testemunhal . . . . .	11
f) Especializada . . . . .	11
g) Referência . . . . .	12
3 Ação . . . . .	12
a) Proativa . . . . .	13
b) Ativa . . . . .	14
c) Passiva . . . . .	14
d) Reativa . . . . .	14
4 Crédito . . . . .	15
a) Identificada (on) . . . . .	15
b) Sigilosa (off) . . . . .	16

---

\*Mestre em Jornalismo pela UFSC. Pós-graduado em Gestão da Comunicação Empresarial e Educação a Distância. Mais de 20 anos de atuação na gestão da comunicação em empresas e órgãos públicos. Autor e professor em cursos de extensão e pós-graduação. E-mail: [aldoschmitz@gmail.com](mailto:aldoschmitz@gmail.com).

5	Qualificação . . . . .	17
a)	Confiável . . . . .	18
b)	Fidedigna . . . . .	18
c)	Duvidosa . . . . .	19
	Considerações finais . . . . .	19
	Bibliografia . . . . .	20

### Resumo

Este artigo parte de abordagens e tipificações de fontes de notícias feitas por estudiosos e em manuais de redação dos principais jornais brasileiros, para propor uma classificação dinâmica, estruturada por categoria (fontes primária e secundária), grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência), ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e anônima) e pela qualificação (confiável, credível e duvidosa). Esta revisão fundamenta-se na crescente complexidade do relacionamento entre os jornalistas e as fontes, notadamente pela ação destas, que deixaram de apenas contribuir na apuração da notícia e passaram também a produzir e oferecer conteúdos genuinamente jornalísticos, levando os jornalistas a reproduzir os fatos, o enfoque, as falas e os seus interesses, com o propósito de zelar pela sua reputação e imagem pessoal, da organização ou grupo social que representam.

**Palavras-chave:** Jornalismo, Fontes de notícias, Classificação das fontes.

**S**ÃO díspares as classificações e nomenclaturas das fontes de notícias por pesquisadores e nos manuais de redação dos principais jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*. Isso nos levou a reunir e revisar as diferentes classificações e propor uma taxonomia, representada em uma matriz para demonstrar a dinâmica dos grupos, classes e tipos de fontes por categoria (primária e secundária), representatividade (oficial, empresarial, institucional, testemunhal, especializada e de referência); ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e sigilosa) e pela qualificação (confiável, fidedigna e duvidosa).

As pesquisas empíricas pioneiras sobre as fontes apresentam uma tipificação simplista. Um dos primeiros estudos, realizado por Gieber e Johnson (1961), considera essencialmente a fonte oficial, tendo em vista o objeto de pesquisa, a prefeitura de Nova York. Sigal (1973), além de oficial (fonte primária), indica a não governamental, onde engloba todas as demais. A primeira representa os poderes constituídos e tem acesso facilitado aos canais de rotina; enquanto a não governamental, ou “desconhecida”, vira notícia desde que esteja envolvida em eventos ou ações espetaculares. Esta classificação torna-se frágil diante da variedade de fontes representativas de organizações e personalidades ou de si mesma, bem como as formas de interferência nos procedimentos jornalísticos.

Molotch e Lester (1974) conceituam as fontes como “promotores de notícias” (*news promoters*) para caracterizar a intencionalidade de promover certas ocorrências à categoria de notícias ou quando tentam impedir. Para os autores, as fontes utilizam os processos jornalísticos para promover as suas notícias, notadamente aquelas com poder de alterar as rotinas a seu favor e ter acesso regular à mídia, embora eles reconheçam que os jornalistas detêm uma elevada autonomia para definir o que é notícia ou não e seus respectivos enquadramentos.

Já Hall *et al.* (1978) classificam como “definidores primários” (*primary definers*), asseverando que as fontes têm ascendência sobre os jornalistas, secundários (*secondary definers*), ou seja, que estes se colocam numa posição de subordinação, sem estarem a serviço das fontes, para definir os enquadramentos das notícias, notadamente das fontes oficiais, pelo poder que exercem sobre a mídia e, assim, evitam fugas de informações ou se antecipam às iniciativas dos jornalistas na definição do sentido dos fatos. Segundo estes autores o acesso aos meios de comunicação é socialmente estratificado. Este modelo admite pouca autonomia dos jornalistas e considera as fontes oficiais um bloco “unido e uniforme”. Igualmente, generaliza as fontes, como definidores primários.

Gans (1980) aponta a forte influência exercida pelas fontes nas decisões dos jornalistas e denomina, sem a intenção de classificar, por tipos: institucionais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Os jornalistas recorrem às fontes conforme as suas necessidades de produção e a posição delas na sociedade, considerando a proximidade social e geográfica. Para o autor, as fontes não são idênti-

cas nem apresentam igual importância, mas tentam informar o que mais lhes convém e sob o ângulo pretendido; enquanto os jornalistas, conforme a seção e especialização, cultivam laços mais ou menos fortes na relação e buscam as informações sob ângulos alternativos que, às vezes, as fontes pretendem esconder.

A classificação das fontes por tipos está vinculada à perspectiva e ao interesse, percebe Pinto (2000), que tipifica as fontes segundo a natureza (pessoais ou documentais), origem (pública ou privada), duração (esporádicas ou permanentes), âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), grau de envolvimento nos fatos (primárias ou secundárias), atitude face ao jornalista (ativa ou passiva), identificação (explícitas ou confidenciais) e segundo a metodologia ou estratégia de atuação (proativas ou reativas). Este esquema mostra-se bipolar, enquanto uma fonte não é “isso ou aquilo”, mas sim uma identidade complexa. Isso Pinto (2000:279) reconhece: “estamos perante um vastíssimo campo, que extravasa os próprios ‘territórios’ delimitados pelos conceitos definidores da polaridade fontes-jornalistas”.

Lage (2001: 62-68) descreve a natureza das fontes como sendo mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais. Classifica como “oficiais”, instituições que preservam algum poder de Estado; “oficiosas”, as que não estão autorizadas a falar em nome de uma organização ou personalidade e “independentes”, as organizações não governamentais. Ele aponta as fontes “primárias” e “secundárias” na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Ainda indica as “testemunhas”, que presenciam os fatos e os “*experts*”, especialistas em determinados assuntos e que interpretam os eventos. O autor não relaciona entre as fontes, as organizações em geral, não oficiais, nem as suas ações.

Chaparro (2009) propõe uma iniciação à teoria das fontes, com a classificação de sete tipos: “organizadas”, organizações que produzem conteúdos noticiáveis com grande competência e utilizam a notícia como forma de ação; “informais”, falam apenas por si; “aliadas”, informantes que mantêm uma relação de confiança com os jornalistas; “de aferição”, são especializadas em certos temas e cenários; “de referência”, entendidas como pessoas sábias ou instituições detentoras de um conhecimento; “documentais”, referente a documentos de origem con-

fiável e identificada; e “bibliográficas”, que abrange livros, teses, artigos etc.

Pelo conceito de Chaparro (2009), a fonte “organizada”, além da representatividade (qualquer organização, grupo ou pessoa), age proativamente, “com competência”. Denomina de “informal” a fonte “individual”, embora essa nem sempre aja na “informalidade”, como artista, esportista, profissional liberal etc., que nesse caso torna-se “organizada”. Também apresenta sobreposições entre fontes de “aferição” e de “referência”, bem como “documentais” e “bibliográficas”. Seu esquema fixa-se na representatividade e dentro dela tenta aduzir as ações e qualificações mais evidentes. Aponta apenas uma qualificação, “aliada”, no sentido de “fonte confiável”, embora nem todas apresentem este atributo.

A *Folha de S. Paulo* (2010: 37-38) distingue quatro classes de fontes: “tipo zero”, são enciclopédias, documentos, vídeos, que “prescindem de cruzamento” com outras fontes; “tipo um”, com “histórico de confiabilidade” e fala com conhecimento de causa, estando “próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação”, sendo que jornal admite publicar informações de fonte desse tipo sem checagem; “tipo dois”, tem os atributos da fonte “tipo um”, menos o histórico de confiabilidade, por isso a *Folha* recomenda que a informação seja cruzada com pelo menos mais uma fonte; e o “tipo três”, tido como a de menor confiabilidade, sendo “bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.)”. Assim, o jornal trata as suas informações como sugestão de pauta.

Abaixo, o quadro síntese, mostra as denominações utilizadas por estudiosos do jornalismo na tipificação das fontes. Desse mapeamento, o autor extraiu os conceitos para compor uma taxonomia das fontes, tratada no tópico a seguir. A maioria dos autores, exceto Pinto (2000) e Chaparro (2009), não tem como objeto de estudo a classificação das fontes, embora tenha designado os tipos para diferenciar um de outro.

<b>Categoria</b>	<b>Grupo</b>	<b>Ação</b>	<b>Crédito</b>	<b>Qualificação</b>
Primária e secundária (Pinto, 2000; Lage, 2001).	Oficial (Gierber e Jonhson, 1961). Oficial e não governamental (Sigal, 1973). Oficial e oficiosa, institucional e pessoal (Gans, 1980). Pessoal ou documental, pública ou privada (Pinto, 2000). Oficial, oficiosa e independente; testemunha e <i>expert</i> (Lage, 2001). Organizada, aferição, referência e bibliográfica (Chaparro, 2009).	Ativa e passiva (Gans, 1980). Ativa, passiva, proativa e reativa (McNair, 1998). Ativa ou passiva, proativa ou reativa (Pinto, 2000). Informal e aliada (Chaparro, 2009)	Explícita ou confidencial (Pinto, 2000).	Confiável e duvidosa (Gans, 1980). Confiável (Lage, 2001). Fidedigna e duvidosa (Charaudeau, 2009).

**Quadro 1** – Síntese das classificações das fontes.

**Fonte: elaborado pelo autor.**

## **Matriz das Fontes**

A maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes, que o jornalista utiliza com o propósito de reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos. “Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística”, confirma a *Folha de S. Paulo* (2010: 37), pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias, facilitada pelas novas tecnologias, como a telefonia móvel e a *internet*. Essa pluralidade e diversidade de fontes, que agem de formas diferentes e detêm qualidades diversas, exige uma classificação para que se entenda a sua força.

O quadro a seguir representa essa dinâmica, pois estabelece uma demarcação e interrelação entre os tipos, grupos e classes de fontes. Assim, uma fonte primária, por exemplo, pode portar qualquer representatividade, bem como ações distintas e qualificações variadas. De posse desta matriz, pode-se partir de qualquer tipo de fonte para ordenar uma relação mútua entre os diferentes quadrantes. Portanto, este sistema de classificação explicita as nuances e características de cada tipo. Ao mesmo tempo, forma um conjunto complexo, que carece de conceituações para ordenar os atributos; o que seria suficiente, segundo Chaparro (2009), para a iniciação de uma teoria das fontes de notícias.

<b>Categoria</b>	<b>Grupo</b>	<b>Ação</b>	<b>Crédito</b>	<b>Qualificação</b>
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Individual	Reativa		
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

**Quadro 2** – Matriz da tipificação das fontes de notícias.

Fonte: elaborado pelo autor.

Complexa e múltipla, a tipificação das fontes comporta variados tipos, nomenclaturas e classificações. “As taxonomias daí resultantes são vastas e naturalmente vinculadas a perspectivas e interesses distintos” (Pinto, 2000: 279). Abrigar a todas, tornaria uma matriz de babel. Por exemplo, a globalização da informação e a difusão das tecnologias de comunicação minimizam a relevância geográfica. Tanto quanto simplista, torna-se difícil e irrelevante estabelecer fronteiras às fontes: locais, regionais, nacionais e internacionais.

## 1 Categoria

Esta categorização, fonte primária e secundária, também é comumente aplicada à historiografia, biblioteconomia e outras áreas acadêmicas. São termos relativos e contextuais, pois uma fonte pode ser classificada de primária ou secundária, dependendo do enfoque. Igualmente, deve-se distinguir do conceito de Hall *et al.* (1978): definidores primários (fontes) e secundários (jornalistas), pois se trata de uma relação estrutural direta.

### a) Fonte primária

Para Lage (2001: 65-66), a fonte primária é aquela que fornece diretamente “o essencial de uma matéria... fatos, versões e números”, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados “em primeira mão”, que podem ser confrontados com depoimentos de fontes secundárias. Segundo Pinto (2000: 279) essa fonte está diretamente envolvida nos fatos, normalmente com testemunha ocular.

### b) Fonte secundária

É o tipo de fonte que contextualiza, interpreta, analisa, comenta ou complementa a matéria jornalística, produzida a partir de uma fonte primária. Igualmente, é com quem o repórter “repercute” os desdobramentos de uma notícia (suíte). Também é consultada “para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais”, explica Lage (2001: 66). O envolvimento da fonte secundária com os fatos e eventos é indireto.

## **2 Grupo**

Toda informação tem uma origem ou contextualização. Quem informa, segundo Charaudeau (2009), é reconhecido pela notoriedade, testemunha e especialização. A representação de uma organização, grupo social ou pessoa, pode ser mediada por uma assessoria de imprensa ou porta-voz. Nessa perspectiva, a assessoria de imprensa não é fonte, mas ponte, por intermediar os interesses, opiniões, conhecimentos e relatos de eventos de quem assessoria.

Porta-voz é uma pessoa qualificada e autorizada a dar informações, geralmente em momentos de crise ou de ausência da fonte, que reflitam o pensamento oficial da personalidade que representa, normalmente uma alta autoridade, executivo ou celebridade. Comumente chama-se de fonte autorizada ou não autorizada, quem substitui o porta-voz ou a própria fonte quando esta não pode - ou não deseja, ou ainda, desconhece, no caso da não autorizada - formalizar a informação ou a sua opinião, pessoalmente.

### **a) Oficial**

Refere-se a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.). As fontes oficiais são as preferidas da mídia, pois emitem informações aos cidadãos e tratam essencialmente do interesse público, embora possam falsear a realidade. “Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas pelo poder” (Lage, 2001: 63).

## **b) Empresarial**

É quem representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Às vezes suas ações têm interesse comercial e estabelecem relações com a mídia visando preservar a sua imagem e uma reputação ilibada. São igualmente acusadas do poder que exercem como anunciantes, confundindo-se suas notícias como propaganda. Para Lage (2001: 69) isso pouco importa, desde que a informação reúna os elementos da noticiabilidade.

## **c) Institucional**

Também chamada de “fonte independente” por Lage (2001: 64-65), representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. O autor alerta para a sua ação, por ostentar “uma fé cega naquilo que defende”, o que coloca sob suspeita as informações que fornece, embora seja considerada espontânea e “desvinculada de qualquer interesse” próprio. Normalmente, a fonte institucional busca a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política (*advocacy*), tendo os meios de comunicação como parceiros.

## **d) Individual**

A fonte individual representa a si mesma. Pode ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social. Chaparro (2009) denomina essa fonte de “informal”, por humanizar a narrativa jornalística. Ainda que os *experts* geralmente se manifestem por si, representam uma especialidade, um conhecimento reconhecido, por isso merecem uma tipificação à parte; assim como a “fonte testemunhal”, por não defender uma causa própria.

Conforme Charaudeau (2009: 194-195) a fonte individual aparece

notadamente como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha. A figura da vítima é carregada de noticiabilidade, pois o público se interessa pelo sofredor, injustiçado ou pela desgraça do destino, visto que esse enfoque geralmente descamba para o sensacionalismo. Já o cidadão busca visibilidade para reivindicar os seus direitos. Além de testemunha de algum fato, a fonte individual também é utilizada para contextualizar uma informação na vida cotidiana.

### **e) Testemunhal**

A fonte testemunhal funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora. Desempenha o papel de “portadora da verdade”, desde que relate exatamente o ocorrido, a menos que seja manipulada, daí deixa de ser testemunha. Geralmente não se suspeita que esse tipo de fonte use uma “estratégia de ocultamento, pois é considerada completamente ingênua”, concebe Charaudeau (2009: 53). Quanto mais imediato ao fato, maior a credibilidade, pois “se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (Lage, 2001: 67).

### **f) Especializada**

Para Sponholz (2008) trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. O jornalista pode não saber, mas conhece quem sabe e recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema a ser noticiado; busca informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico. Esse tipo de fonte pode fornecer informação factual (fonte primária) ou interpretativa (secundária), conforme a sua *expertise*.

Pela posição de neutralidade diante dos fatos, independência ou vínculo a uma instituição conceituada, essa fonte apresenta-se geralmente como fidedigna e avalia o conteúdo jornalístico. No entanto, pelo elevado grau de especialização sobre determinado assunto ou contexto, algumas tendem a ser prolixas perante a necessidade do jornalista, que espera da fonte, capacidade de se comunicar de forma compreensível e acessível (Lage, 2001: 68).

### g) Referência

A fonte de referência aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias, conforme indica Chaparro (2009). A bibliografia envolve livros, artigos, teses e outras produções científicas, tecnológicas e culturais. Os documentos, especialmente os dossiês, devem ser “de origem confiável e claramente identificada” (Chaparro, 2009), pois se constitui em prova em caso de denúncia.

O jornal *Zero Hora* (1994: 16), por exemplo, assegura que “não forja documentos para a realização de reportagem ou notícia” e *O Globo* considera que “quase toda denúncia está associada a um interesse, ostensivo ou oculto, de quem denuncia” (Garcia, 1996: 89). Também servem de fonte, as *mídias*, como jornais, revistas, audiovisuais e, com a consolidação das tecnologias de informação e comunicação, proliferam as redes sociais (*Twitter, Orkut, Facebook, MySpace* etc.), portais, *sites, blogs*, que também produzem conteúdos e servem de fontes de consulta, embora passíveis de distorções.

## 3 Ação

O que leva alguém a defender ou se opor a algo, depende do *grau de engajamento*, que segundo Charaudeau (2009: 53-54) está relacionado ao interesse no valor da informação. Assim, as fontes agem conforme

a sua conveniência, embora atuem aparentemente na perspectiva de colaborar com o jornalista. Gans (1980), por exemplo, reconhece as fontes como “ativas e passivas”, McNair (1998) acrescenta “proativas e reativas”. No entanto, a maioria dos pesquisadores se fixa nas denominações de representatividade, embora as fontes escondam ações e qualificações que interferem decisivamente na apuração e produção das notícias.

Elas passaram a agir de formas diversas. Schlesinger (1992) e Neveu (2006) observam uma crescente mobilização das fontes para intervir no jornalismo, agindo proativamente, pois mantêm estruturas de comunicação, tendo entre seus profissionais, jornalistas experientes com passagens por redações. Normalmente as fontes proativas, ativas e passivas falam abertamente, em *on* (*on the record*), sendo identificadas; a reativa recusa-se a declarar e a sigilosa, escondem-se no *off*.

### **a) Proativa**

Devido ao alto nível de capacitação, as fontes organizadas aprimoraram as suas ações estratégicas, subindo ao patamar da proatividade, isto é, produzem e oferecem notícias prontas, ostensiva e antecipadamente. Utilizam uma estratégia de visibilidade e agendamento de suas ideias, produtos ou serviços, para neutralizar concorrentes ou adversários, criando a si uma imagem positiva (McNair, 1998).

Utilizam “a linguagem jornalística e o espaço público em que o jornalismo se transformou, para realizar intervenções discursivas na sociedade, pela via jornalística”, afirma Chaparro (2009), acrescentando que elas têm a “capacidade e a vocação de serem produtoras dos acontecimentos e das falas relevantes que nutrem o noticiário jornalístico”.

Conforme também verifica Santos (1997), as fontes que agem de forma proativa estão permanentemente disponíveis aos jornalistas e fornecem informações sobre seus eventos com antecedência e de acordo com os critérios de noticiabilidade, buscando a ascendência ao meio jornalístico, para garantir notoriedade e reconhecimento, tendo em vista a divulgação contínua de seus fatos e interesses.

## **b) Ativa**

Para Gans (1980) os jornalistas tendem à passividade, enquanto as fontes interessadas agem ativamente, criando canais de rotinas (entrevistas exclusivas ou coletivas, *releases* frequentes, sala de imprensa no *site* da organização etc.) e material de apoio à produção de notícias, para facilitar e agilizar o trabalho dos jornalistas. Embora menos ostensiva, a fonte ativa mantém uma regularidade no relacionamento com a mídia e uma estrutura profissional de comunicação. Age de forma equilibrada na esfera pública, utilizando a mídia para defender os seus interesses e gerir a sua imagem e reputação perante os seus públicos prioritários (*stakeholders*) e a sociedade.

## **c) Passiva**

Algumas fontes são passivas e não alteram essa sua natureza, como é o caso das referências (bibliografia, documento e mídia), disponíveis à consulta dos jornalistas. Mas organizações, grupos e pessoas também podem ter uma atitude passiva, de se manifestarem somente quando consultadas por repórteres, fornecendo estritamente as informações solicitadas (Pinto, 2000: 279), podendo alterar a sua ação.

## **d) Reativa**

Para certas fontes “a imprensa é feroz. Não perdoa nada e apenas dá destaque aos erros. Todo fato é distorcido, cada gesto é criticado”, como disse Diana Spencer, a princesa de Gales, ao jornalista francês Marc Roche (1997), do jornal *Le Monde*, dias antes de sua morte trágica. Para outras, como constata Malcolm (1990: 10), o jornalista “é uma espécie de confidente, que se nutre da vaidade, da ignorância ou da solidão das pessoas”. Por essas e outras razões, pessoas e organizações agem discretamente, sem chamar a atenção da mídia (*low profile*)

ou para evitar a “invasão de sua privacidade”, mesmo sendo notórias e detentoras de informações relevantes e de interesse público.

A maioria dos meios, como *Zero Hora* (1994: 20), diz que “respeita a privacidade dos cidadãos. A menos que tal condição seja pública e assumida”. *O Globo* também faz esta distinção: quem tem “vida pública perde, por isso, pelo menos parte do direito à privacidade” (Garcia, 1996: 86). Alguns empresários, ricos e famosos evitam a publicidade na imprensa, receosos de sequestros, roubos ou do fisco. Quando a fonte reativa limita-se a dizer “nada a declarar”, geralmente tem mais a esconder, do que a declarar. A sua posição inerte pode-se alterar, agindo de outras formas, por exemplo, ter sido passiva no passado e tornar-se proativa no futuro, embora sua estratégia seja essencialmente preventiva e defensiva (McNair, 1998).

## 4 Crédito

O crédito é um elemento básico da produção jornalística. A princípio, toda fonte deve ser identificada. “Se a fonte não pode ser claramente situada, identificada e confirmada, a deontologia obriga o jornalista a abster-se” (Cornu, 1999: 77) ou garantir o sigilo. Uma fonte pode falar ou fornecer informação para publicação, em *on* (*on the record*), revelando a sua identidade, ou no anonimato, em *off* (*off the record*), de forma confidencial ou extraoficial, com a intenção clara de não ser publicada ou, se for, sem a indicação de quem fez a declaração (*on background*) nem do cargo ou função que exerce (*on deep background*). Para *O Globo*, “o anonimato deprecia a informação; é o que basta para que se evite o *off* tanto quanto possível” (Garcia, 1996: 31).

### a) Identificada (*on*)

A identificação correta das fontes - nome (de preferência completo ou como a pessoa é conhecida), *status*, profissão, cargo, função ou condição e a quem representa - além de orientar o público, dá o crédito a

quem se dispõe a colaborar na apuração e produção da notícia, inclusive cedendo a sua imagem, sem por isso, requerer direitos autorais. Portanto, configura-se em um dos princípios da ética jornalística. Para o jornal *Zero Hora* (1994: 18), “a fonte deve ser estimulada ao máximo a se identificar ao prestar as informações”. Mas, às vezes, “a identificação se faz de maneira vaga ou indireta”, constata Charaudeau (2009: 149). Isso se deve, geralmente, à incompetência do repórter, ao utilizar uma forma vaga, sem a negociação do sigilo, mesmo quando há indicação do *status* ou função (*on background*): “importante empresário”, “um participante da reunião”, “um ex-ministro” etc.

### **b) Sigilosa (off)**

Entre o jornalista e a fonte se estabelece uma relação de confiança que pode incluir o compromisso do silêncio quanto à origem da informação. Segundo Bucci (2000: 136) “o único segredo específico da profissão de jornalista se refere ao sigilo de fonte - ele não é obrigado a revelar sua fonte quando julgar que deve preservá-la, o que é assegurado na legislação das democracias contemporâneas”. Enfim, “é direito do jornalista resguardar o sigilo de fonte”, contempla o código de ética dos jornalistas brasileiros, editado pela Fenaj (2008). No Brasil não há norma jurídica que imponha a quebra do sigilo. Ampara-se na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que assegura “o sigilo de fonte, quando necessário ao exercício da profissão”<sup>1</sup>. Entende-se que, o jornalista ou o veículo, ao omitir a fonte, assume o que foi relevado por ela, passando a responder civil e criminalmente.

Cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o *off* ou não. Portanto, configura-se um princípio deontológico, questionado quando infringido. Geralmente a fonte sigilosa revela informações de interesse público. Mas, também pode lançar calúnias, difamações, boatos e intrigas para medir reações, que *Zero Hora* (1994: 18) não considera notícia, “mas, ponto de partida para a busca da informação precisa”. Por isso, para falar em *off*, é preciso que o informante esteja investido do estatuto de fonte, configurado por uma relação

<sup>1</sup> Artigo 5º, inciso XIV

contínua de confiança com o repórter ou credibilidade (fonte fidedigna). Caso contrário, “a dúvida persistirá”, observa Charaudeau (2009: 150).

A Folha de S. Paulo (2010: 46-47) trabalha com três formas de *off*: *simples*, “obtido pelo jornalista e não cruzado com outras fontes”, podendo ser publicado no caso de “fonte muito confiável”; *checado*, informação “cruzada com o outro lado ou com pelo menos duas outras fontes” e *total*, “a pedido da fonte, não deve ser publicada de modo algum, mesmo que se mantenha o anonimato”, serve para nortear o trabalho do repórter. Já *Zero Hora* (1994: 18) “publica apenas informações – jamais opiniões, insultos ou denúncias – em *off the record*”. Contudo, o jornal “não admite acordos para manutenção de informações em *off* que possam colocar em risco vidas humanas ou favorecer atividades ilegais” e *O Globo* rompe o sigilo de fonte quando constata que “recebeu informação falsa, tendo a fonte agido dolosamente” (Garcia, 1996:90).

Algumas fontes secretas recebem cognomes, como a figura lendária do “Garganta Profunda” (*Deep Throat*) mantido no anonimato pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, durante o caso *Watergate*, em 1972 e revelado, 33 anos depois, como sendo o vice-presidente do FBI<sup>2</sup> na época, William Mark Felt. O codinome advém do filme pornográfico americano *Deep Throat* (*Garganta Profunda*, no Brasil e *Garganta Funda*, em Portugal), lançado na mesma época do escândalo que levou à renúncia de Richard Nixon da presidência dos EUA; bem como da expressão jornalística *on deep background*, quando a fonte não é nomeada nem há indicação da sua identidade funcional (Felt e O’Connor, 2009).

## 5 Qualificação

Embora sutis, as fontes apresentam qualificações diferentes, conforme a sua credibilidade (fidedigna), proximidade e relação com os jornalistas (confiável). Tanto numa como noutra, paira a suspeita, embora patente na fonte duvidosa, cuja qualidade está explícita. Para o jornalista “a melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que conta o que sabe... a que tem jeito de jornalista. Sabe observar, valoriza o detalhe e

---

<sup>2</sup> Federal Bureau of Investigation (FBI), agência federal de investigação dos EUA.

guarda tudo na memória” (Noblat, 2006: 62). Alguém poderia suscitar a ausência da “fonte falsa” ou “apócrifa” em nossa classificação, mas com essa característica deixa de ser fonte, descartada pelos jornalistas, por questões deontológicas.

### **a) Confiável**

Para Gans (1980: 129-130), os jornalistas selecionam as suas fontes pela conveniência e confiabilidade, aquelas que mantêm uma relação estável, são acessíveis e articuladas, disponibilizam declarações ou dados de forma eficaz, isto é, a informação certa e verdadeira na hora esperada ou rapidamente. Assim, a fonte torna-se confiável, pois mantém uma relação estável com os jornalistas, por interesses mútuos. Para *O Estado de S. Paulo*, se “o informante é da mais absoluta confiança”, merece publicação (Martins, 1997: 23). Forma-se então uma rede de contatos, em que os editores, produtores (no caso da TV), pauteiros (cada vez mais raro), repórteres e colunistas ou comentaristas (TV e rádio) mantêm uma lista atualizada de fontes confiáveis.

### **b) Fidedigna**

O jornalista também busca as fontes pelos critérios de respeitabilidade, notoriedade e credibilidade. Portanto, a fonte fidedigna, embora não mantenha um histórico de confiança mútua, exerce seu poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato. O jornalismo empenha-se incessantemente em legitimar o que diz como verdadeiro e esse jogo da verdade depende da fonte fidedigna, de quem está acima de qualquer suspeita e “pode ser considerado digno de fé”, confirma Charaudeau (2009: 52) em concordância com Chaparro (2009), ao defender que “sem fontes que mereçam fé, não há jornalista nem jornalismo que sobreviva”.

### c) Duvidosa

A fonte duvidosa expressa “reserva, dúvida, hipótese, e mesmo *suspeita*”, segundo Charaudeau (2009: 54). Assim, o valor de verdade da informação é atenuado, embora a sua posição confira crédito e o jornalista considera a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário. Cético, é de ofício do jornalista duvidar sempre, e da “cultura jornalística tratar as fontes como interfaces suspeitas... como, por exemplo, nos manuais de redação, que orientam os jornalistas a olhar as fontes com desconfiança” (Chaparro, 2009).

### Considerações finais

A maioria das notícias depende do que as fontes dizem, dos tipos consultados e das suas ações. Mas, nas poucas abordagens sobre as fontes jornalísticas, observa-se uma frágil e desestruturada tipificação, com denominações desconexas, equivocadas, sobrepostas ou incompletas. Igualmente, os manuais de redação dos jornais pesquisados dão pouca ou nenhuma importância às fontes.

Nos estudos empíricos, cronologicamente, percebe-se uma evolução na classificação das fontes, inicialmente apontadas como oficiais e não governamentais. Além dos grupos, a partir de Gans (1980), concebe-se as suas ações e qualificações, embora díspares. Pinto (2000) faz um mapeamento das fontes e contribui ao apontar os vários comportamentos, bipolares, enquanto entendemos múltiplos. Lage (2001) e Chaparro (2009) analisam a natureza delas.

Conquanto abordam as normas da conduta profissional de seus jornalistas, os manuais dos principais jornais brasileiros tratam as fontes com total desprezo, ainda que a *Folha de S. Paulo* (2010) faça uma classificação pelas qualificações, no sentido de orientar os seus repórteres quanto a averiguação dos fatos por uma ou mais fontes. No mais, aqui e ali, encontra-se fragmentos de abordagens que impactam nesse relacionamento.

Aliás, mesmo que seus propósitos sejam de tratar “com mais profundidade questões relacionadas... ao comportamento do jornalista numa

sociedade que dela exige cada vez mais em capacitação técnica e consciência profissional” (Garcia, 1996: 7), esses manuais são essencialmente compêndios de orientações gramaticais e estilo de textos jornalísticos.

Cumpra-se o propósito inicial deste artigo, de verificar como a teoria, representada pelos pesquisadores, e a prática, pelos dos manuais de redação, tipificam as fontes de notícias e, a partir daí, compor uma matriz que estabeleça a categoria, os tipos, grupos e as classes de fontes, com o propósito de formar uma matriz que demonstre a natureza delas, contribuindo assim para a iniciação de uma teoria das fontes.

Assim, de posse da matriz de tipificação das fontes, pode-se facilmente propor uma definição, a exemplo da nossa concepção:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

Enfim, esta classificação representa um conjunto complexo, onde se considera o todo e as suas implicações, visto que as fontes passaram a interferir no jornalismo de forma ostensiva, devido ao alto nível de profissionalização, capacitando-se para interferir na esfera pública e agindo estrategicamente para persuadir os jornalistas a divulgar as suas notícias, mantendo os seus interesses.

## **Bibliografia**

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

BUCCI, E. (2000), *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras.

- CHAPARRO, M.C. (2009), *Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes*. O xis da questão (blog). Disponível em: [oxisdaquestao.com.br/integra\\_integra.asp?codigo=377](http://oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377). Acesso em: 12 set. 2009.
- CHARAUDEAU, P. (2009), *Discurso das mídias*. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto.
- CORNU, D. (1999). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FELT, M.; O'CONNOR, J. (2009), *A vida do garganta profunda*. São Paulo: Record.
- FENAJ (2008). *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas.
- FOLHA DE S. PAULO (2010), *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha.
- GANS, H. (1980), *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press.
- GARCIA, L.M. (1996), *Manual de redação e estilo: O Globo*. São Paulo: Globo.
- GIEBER, W.; JOHNSON, W. (1961), *The city hall "beat": a study of reporter and source roles*. Journalism Quarterly 38: 289-297.
- HALL, S. et al (1978), *Policing the crisis: mugging, the state and law and order*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- LAGE, N. (2001), *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record.
- MCNAIR, B. (1998). *The sociology of journalism*. London: Arnold.
- MARTINS, E. (1997), *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo.

- MOLOTCH, H.; LESTER, M. (1974), *News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals*. American Sociological Review 39: 101-112.
- NEVEU, E. (2006), *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola.
- NOBLAT, R. (2006), *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto.
- PINTO, M. (2000), *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*. Comunicação e Sociedade 2: 277-294.
- ROCHE, Marc (1997), *Les déclarations de Lady Di au "Monde" passionnent la presse britannique*. Paris: Le Monde (17 ago. 1997).
- SANTOS, R (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.
- SCHLESINGER, P. (1992), *Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme*. Paris, Réseaux 51: 75-98.
- SIGAL, L. (1973), *Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking*. Lexington: D.C. Heath.
- SILVA, L.M. (2008), *Sociedade, esfera pública e agendamento*. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes: 84-104.
- SPONHOLZ, L (2008), *Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts*. Brasília: Sociedade e Estado 23: 591-619.
- ZERO HORA (1994), *Manual de ética, redação e estilo*. Porto Alegre: L&PM.